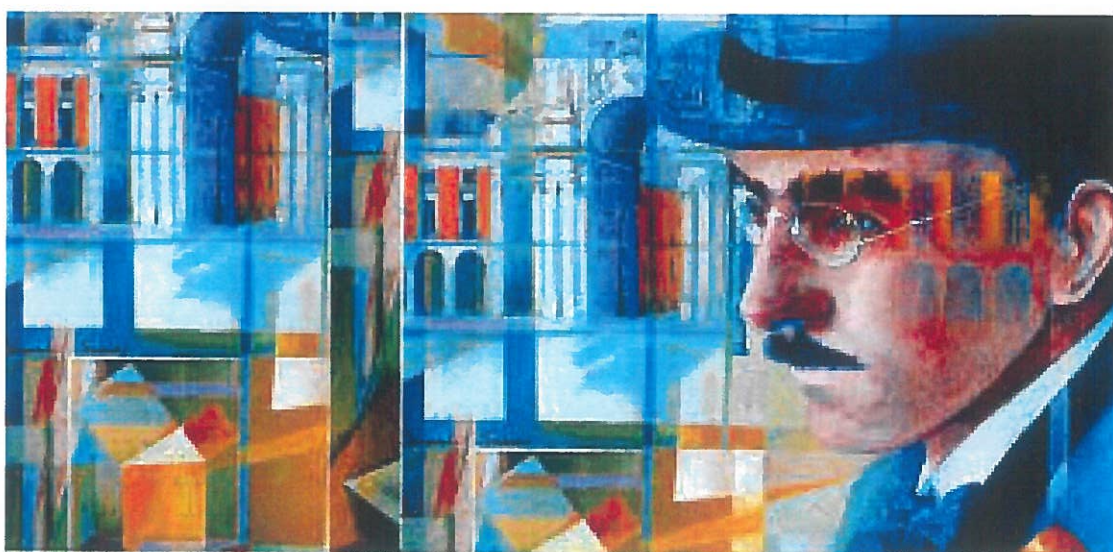


Fundação Ensino e Cultura “Fernando Pessoa”



FUNDAÇÃO ENSINO E CULTURA

“FERNANDO PESSOA”

RELATÓRIO DE GESTÃO 2017

INTRODUÇÃO

Em cumprimento das disposições legais, apresentamos o Relatório de Gestão da **FUNDAÇÃO ENSINO E CULTURA “FERNANDO PESSOA”**, contribuinte número 502 057 602, referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2017.

De acordo com os seus estatutos, a Fundação, instituída em 1988, para a promoção do ensino e da cultura, para o desenvolvimento e a gestão de instituições de ensino superior e para o fomento da investigação científica, fundamental e aplicada, fins que realiza através da Universidade Fernando Pessoa (UFP), alargou a sua atividade, a partir de Janeiro de 2013 com a abertura do seu Hospital-Escola (HE), à prestação de cuidados de saúde, primários, secundários e terciários, com internamento e em ambulatório.

A Fundação, através da UFP, assume a sua missão de interesse público, legalmente reconhecido, e de responsabilidade social, de contribuir para o incremento da cidadania e para o enriquecimento humano da sociedade em que está inserida, pelos serviços que lhe presta, tendo a ética individual e organizacional como um imperativo moral, e o conhecimento e competência técnica dos seus recursos humanos como garantia de uma gestão rigorosa, empenhada na sustentabilidade ecológica, na empregabilidade dos seus diplomados e na internacionalização e competitividade das formações que disponibiliza. Através do HE, a Fundação tem vindo a diferenciar-se também na promoção e na educação para a saúde e na prestação de cuidados na doença, numa lógica assistencial manifestamente pedagógica, alicerçada na humanidade dos prestadores e na humanização dos serviços.

A apresentação do relatório anual, para além de constituir um momento de balanço do trabalho desenvolvido, principalmente na vertente económico-financeira, permite, simultaneamente, fazer uma reflexão sobre os pontos vulneráveis da nossa Fundação, o que obriga a assumir atitudes de mudança, criadoras de motivação e de confiança, para a realização de novos projectos.

Os princípios enunciados orientam a cultura da gestão da Fundação e das suas principais unidades, a UFP e o HE, interpretada com rigor pelo seu Conselho de Administração constituído por:

- ◆ Salvato Vila Verde Pires Trigo - Presidente
- ◆ Maria Manuela Guedes Rombert Soares Trigo – Vice-Presidente
- ◆ Nadine Stella Rombert Trigo - Secretária

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O presidente do Conselho de Administração (CA), sendo adepto de um Estado forte, regulador e provedor, mais do que prestador e interventor, continua a creditar, apesar da invidía e do despeito de muitos avançados do sistema dominante, que o país só tem perdido por tardar em compreender que é da força duma iniciativa privada dinâmica, com consciência cívica e ética e com responsabilidade social, que esse Estado tem sustentabilidade para inspirar e patrocinar uma sociedade mais justa e mais equilibrada. Reconhecendo que as peias burocráticas e consequente lentidão, e tantas vezes pouca transparência, do processo decisório da administração pública e seus agentes directos e indirectos, que afectam as actividades da Fundação (FFP), são tão desmotivadoras para quem acredita no futuro, o presidente do CA não pode, todavia, deixar de considerar que, apesar desses constrangimentos, o resultado do exercício do ano de 2017 foi assaz positivo, mesmo que marcado ainda pelas incertezas e dificuldades que a crise, que o país viveu, criou nos públicos-alvo destinatários dos serviços prestados pela instituição.

Para esse resultado contribuíram todos os que se dedicaram com leal entusiasmo às tarefas administrativas, técnicas e pedagógico-científicas, e de atendimento e prestação de cuidados de saúde, na UFP e no HE, os quais se tornam, por isso, merecedores de agradecimento pelo seu profissionalismo.

Uma palavra de reconhecimento merecem também os alunos, nacionais e internacionais, que continuam a confiar no projecto diferenciador e na qualidade de ensino e da formação da UFP. Essa confiança sentimo-la também nos pacientes que, completados que estão cinco anos de funcionamento do HE, têm sublinhado a distinção dos seus espaços e a competência técnica e humana dos seus profissionais.

A cultura da internacionalização, já vivida intensamente na UFP, irá chegando paulatinamente ao HE por forma a que, também nos cuidados de saúde, possamos ajudar à credibilização internacional dos nossos serviços. Para estas tarefas, o presidente continuará a contar com a colaboração preciosa dos restantes elementos do Conselho de Administração da Fundação e com o apoio do Gabinete das Relações Internacionais, das direcções das Faculdades, das presidências dos conselhos científicos e pedagógicos, das coordenações dos ciclos de estudos, na UFP; e com a diligência das direcções clínica e de enfermagem, das coordenações dos serviços de prestação de cuidados, de todos os profissionais e das direcções de apoio à gestão, no HE.

CONTEXTO MACROECONÓMICO

A economia portuguesa, beneficiando da conjuntura externa favorável, designadamente na União Europeia, cresceu 2,7%, em 2017, segundo fonte do INE.

Esta evolução resultou do aumento da procura interna, refletindo principalmente a aceleração do investimento, uma vez que a procura externa líquida apresentou um contributo idêntico ao registado em 2016.

Em termos homólogos, o PIB aumentou 2,4% em volume no 4º trimestre de 2017.

O contributo positivo da procura interna para a variação homóloga do PIB diminuiu, em resultado do abrandamento do investimento e do consumo privado. No entanto, em sentido oposto, o contributo da procura externa líquida foi positivo, reflectindo a aceleração em volume das exportações de bens e a desaceleração das importações de bens e serviços.

A recuperação da actividade económica em Portugal tem sido caracterizada por uma reafecção crescente de recursos para o sector de serviços e bens transaccionáveis.

Para que o crescimento da economia portuguesa seja sustentável é essencial prosseguir a alocação do investimento a áreas que contribuam para o aumento do produto potencial, designadamente através do aumento de capital por trabalhador e de uma melhor reafecção de recursos.

É também crucial persistir na redução do endividamento público e do endividamento privado, tirando partido do enquadramento macroeconómico favorável.

As previsões do Banco de Portugal apontam para um perfil de crescimento, nos próximos anos, embora a um ritmo menor que, todavia, poderá ser contrariado, se o país assumir claramente a formação superior e o conhecimento como bens transaccionáveis estratégicos e entrar na competitividade internacional do mercado da educação. Urge, para isso, que se afaste o entrave da proibição do franchising no ensino superior, que, desde a

aprovação da Lei de Bases do Sistema Educativo, em 1986, tem prejudicado a internacionalização das instituições que estão, de facto, apostadas em competir naquele mercado, altamente exigente mas de importância crucial para alterarmos o paradigma da nossa economia com reduzido valor acrescentado nacional.

A par da sintonização daquela lei de bases com este nosso tempo da economia das marcas, de auto-estradas electrónicas e de circuitos e redes digitais, urge também que se regulamente e aposte, sem complexos, na formação superior à distância, como um poderoso meio e um método essencial para a afirmação e credibilização, além-fronteiras, do nosso sistema de ensino.

EVOLUÇÃO DA ACTIVIDADE DA FUNDAÇÃO

Nas duas principais áreas de actuação, o Ensino e a Saúde, a FFP teve um crescimento na ordem de 9%, relativamente a 2016, tendo aumentado os seus rendimentos operacionais que atingiram os €30 833 280,30.

O EBITDA atingiu os € 2.596.575,70 e a margem EBITDA foi de 8.40%. Este desempenho reflecte o crescimento dos níveis de rentabilidade da FFP, garantindo-nos o cumprimento programado da amortização do avultado investimento realizado como a construção, equipamento e funcionamento do HE e libertando-nos cada vez mais fundos, para continuarmos a alimentar melhor a máxima essencial da genuína fundação que somos: aqui não se remunera capital; outrossim, remuneram-se o trabalho e o mérito.

UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA

Na Universidade Fernando Pessoa, entendemos a internacionalização crescente e o recrutamento de novos alunos não como uma mera política de atracção de clientes mas, sobretudo, como um compromisso de cidadania com os estudantes na sua individualidade. Por isso, a nossa pedagogia reflecte a cultura institucional, que privilegia a relação de proximidade e de contacto directo com os públicos-alvo, tornando os professores em facilitadores de aprendizagem, em metodólogos de soluções e não, em geradores de problemas e em desmotivadores do futuro.

MISSÃO, VISÃO E VALORES

Consagrados nos nossos Estatutos, a nossa **missão** é a de formar cidadãos esclarecidos, científica e tecnicamente apetrechados e com autonomia de pensamento, para participarem criticamente no processo e no progresso social; a nossa **visão** é a de que a universidade é hoje, mais do que foi outrora, um promotor de cidadania activa; um motor de desenvolvimento económico e um inibidor de desigualdades sociais; os nossos **valores** são os do humanismo, da moral, da ética e da deontologia profissional; da responsabilidade social, do respeito pela dignidade da pessoa, independentemente da sua origem étnica, da sua orientação sexual ou religiosa; da avocação e defesa dos direitos humanos, neles incluídas a inviolabilidade da vida humana, a igualdade de género e a protecção da criança a um crescimento saudável e educacionalmente inclusivo; o reconhecimento do mérito e a igualdade de oportunidades, sem condicionalismos económicos ou sociais; o diálogo educado e informado como método privilegiado de prevenção, de resolução de conflitos e de promoção da paz.

ACÇÃO E ESTRATÉGIA:

A UFP, além da actividade corrente de ensino e de formação, desenvolveu diversas acções, tendo em vista a prossecução dos objectivos estabelecidos:

- Protocolos e acordos de cooperação assinados com instituições parceiras de âmbito científico e cultural, estágios para os alunos; concessão de apoios e bolsas de estudos com unidades de investigação e de incentivo à I&D;
- Serviços prestados à comunidade através dos Laboratórios de TV, de Rádio e de Fotografia; da Agência Experimental de Comunicação; das Clínicas Pedagógicas de Fisioterapia, de Medicina Dentária, de Psicologia, de Reabilitação Psicomotora e de Terapêutica da Fala;

Fundação Ensino e Cultura “Fernando Pessoa”

- Continuidade das acções do PASOP-Projecto Ambulatório de Saúde Oral e Pública, contribuindo, nas escolas, para a saúde oral e, em IPSS, em Centros Paroquiais, Sociais e Culturais, em Juntas de Freguesia, para a educação da população em prevenção e em cuidados de saúde;
- A actividade do PAAS-Projecto Ambulatório de Ambiente e Saúde que promove a recuperação ambiental e desenvolve actividade no âmbito do Protocolo existente entre a UFP, LIPOR e diversos municípios para montagem de um programa de monitorização de Qualidade da Água do Rio Tinto, em colaboração com docentes e alunos de Gestão, Segurança e Qualidade Ambiental;
- Dinamização da investigação fundamental e aplicada, quer através do FP-ENAS e do FP-B2S, duas unidades de investigação da UFP reconhecidas pela Fundação da Ciência e Tecnologia (FCT), a primeira das quais com financiamento trienal assegurado, quer pela participação de docentes da universidade em centros de investigação e laboratórios protocolados doutras instituições;
- Prestação de serviços de consultadoria internacional, através do Laboratório de Isotérmicas, contratualizada pela empresa americana Halliburton para a companhia dos petróleos de Angola – SONANGOL;
- Participação das edições da UFP em mostras de livros e do Gabinete de Comunicação e Imagem da UFP em várias feiras de educação de âmbito nacional e na promoção dos cursos da universidade junto de dezenas de escolas secundárias;
- Organização de Eventos, Cursos e Olimpíadas do Conhecimento, promoção da actividade física, através da ASL, Prémios a docentes e alunos, apoio a alunos seus que são atletas de alta competição;
- Alargamento da rede de agências de recrutamento de alunos internacionais, para consolidação da internacionalização da qualidade e competitividade da nossa oferta formativa.

QUALIDADE E ESTABILIDADE DO CORPO DOCENTE:

Uma das marcas distintivas do projeto educativo protagonizado pela Fundação, desde 1988, no panorama do ensino superior não estatal, foi, desde sempre, a preocupação de dispor de um corpo docente próprio, devidamente qualificado, com um estatuto de carreira docente específico mas análogo ao do ensino superior público, que adotámos, enquanto o Governo não publica, como vem sendo prometido, desde 1985, o estatuto legal da carreira docente do ensino superior particular e cooperativo.

O pessoal docente da UFP atinge atualmente os 340 membros, 60% dos quais têm vínculo laboral permanente e 40% têm contrato de docência anualmente renovado, exercendo-a em acumulação com atividade profissional liberal, sobretudo nas áreas da engenharia, da arquitetura e das profissões de saúde.

Dos mais de 200 docentes com vínculo permanente à UFP, mais de 84% têm o grau de doutor na área científica ou nas áreas científicas afins das unidades curriculares que lecionam; 11% têm o grau de mestre e 5% têm o grau de licenciado, sendo, todavia, especialistas de reconhecida competência e experiência profissional. Importa também salientar que 20% dos docentes têm um vínculo à UFP de 20 ou mais anos de serviço; 52% têm entre 11 e 19 anos de serviço; 20% têm entre 4 e 10 anos de serviço; e 8% apenas têm até 3 anos de serviço na instituição, o que dá bem conta da estabilidade e qualidade dos recursos docentes da UFP. Acresce que 65% do corpo docente têm menos de 50 anos, e 25 % têm entre 51 e 60 anos.

ALTERAÇÃO ESTATUÁRIA E ORGÂNICA:

Passados que estão quase 10 anos de vigência dos atuais estatutos, durante o ano de 2018, a Fundação promoverá a alteração dos estatutos da UFP, ajustando-os melhor à realidade presente da instituição e ao seu previsível desenvolvimento futuro. Introduzir-se-á uma estruturação orgânica diferente, resultante da melhor caracterização dos dois tipos de ensino existentes na UFP – o universitário e o politécnico; da centralização do projeto formativo conferente de grau no campus do Porto; da redefinição da unidade de Ponte de Lima e da melhor articulação com o HE, como verdadeiro hospital-escola.

INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E PARCERIAS:

A UFP continuará a alargar o âmbito das suas parcerias com o objectivo de fomentar e desenvolver a investigação científica e a divulgação dos seus resultados em publicações internacionais com revisão por pares e factor de impacto. Procuraremos pôr em funcionamento, a partir do início do próximo ano lectivo de 2018-2019, o fundo de apoio à investigação científica e à investigação clínica, realizada em parceria com o HE, com a contribuição financeira dos fornecedores de bens e serviços à Fundação.

CERTIFICAÇÃO ISSO 9001 E ACREDITAÇÃO DO SISTEMA INTERNO E DA QUALIDADE

Concluída a certificação ISSO 9001 do HE, a Fundação promoverá de seguida a mesma certificação da UFP. Esta, em 2018-2019, o seu sistema interno de garantia da qualidade à acreditação da Agência de Avaliação e de Acreditação do Ensino Superior (A3ES), por forma a tornar mais fluídos e sustentados os processos de acreditação e avaliação dos ciclos de estudos conferentes de grau oferecidos pela UFP. Desta tarefa de acreditação ocupar-se-á o Observatório da Qualidade da UFP, cuja definição funcional constará expressamente da revisão estatutária já analisada pelo Conselho da Reitoria.

ACÇÃO E RESPONSABILIDADE SOCIAL:

- As Clínicas Pedagógicas de Fisioterapia, Medicina Dentária, Psicologia, Reabilitação Psicomotora e Terapêutica da Fala e os atendimentos que fazem a públicos carenciados, encaminhados por IPSS e por Juntas de Freguesia e outras instituições solidárias com quem temos protocolos para o efeito, são a face mais visível da nossa ação e da nossa prática da responsabilidade social;
- O PASOP-Projeto Ambulatório de Saúde Oral e Pública e o PAAS- Projeto Ambulatório de Ambiente e Saúde ajudam à transferência do conhecimento da Universidade para as comunidades, ao mesmo tempo que contribuem para o aprofundamento da consciência cívica e da responsabilidade social dos alunos e docentes da Universidade neles envolvidos;
- O Gabinete de Comunicação e Imagem (GCI) e o Gabinete de Estágios e de Saídas Profissionais (GESP) da UFP monitoram a empregabilidade dos nossos diplomados e ajudam à inserção na vida ativa, fazendo a ponte com os *stakeholders* da Fundação com quem mantêm relacionamento de mútua confiabilidade e de cooperação no recrutamento de recursos humanos.

HOSPITAL UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA

O ano de 2017 foi, fundamentalmente, de implementação e de consolidação de um conjunto de metodologias resultantes do processo de planeamento de gestão.

O HE vai concretizando paulatinamente o seu programa científico, pedagógico e assistencial, ancorado no rigor técnico e ético dos profissionais que nele trabalham e que fazem dos cuidados clínicos também gestos de humanidade e de empatia com os pacientes.

O envolvimento e comprometimento de todos, com uma visão de melhoria contínua da qualidade do HE como instituição cuidadora, formativa e de investigação, suscetível de, gradualmente, acompanhar as novas exigências técnicas e humanas dos cuidados de saúde da população e fazer a simbiose entre cuidados de qualidade e a realização pessoal de todos os profissionais de saúde.

O HE presta cuidados de saúde sobretudo à população do distrito do Porto, mais directamente ao município de Gondomar com um índice populacional de cerca de 170.000 habitantes, mas, graças à sua diferenciação em certas valências médicas e médico-cirúrgicas, como a cirurgia urológica e a bariátrica, a medicina dentária e a medicina física/fisioterapia e a ortopedia, tem vindo a atrair cada vez mais pacientes da Região metropolitana do Porto e até de outras regiões do Norte e do Sul do país . A diferenciação e qualidade dos cuidados de saúde que presta têm vindo a ser compensadas pela avaliação excelente do projecto SINAS da Entidade Reguladora de Saúde.

Fundação Ensino e Cultura “Fernando Pessoa”

O HE tem capacidade para 200 camas o máximo da taxa de ocupação. Apesar do crescimento considerável que registou em 2017, ainda não atingiu o máximo da sua capacidade de internamento, sendo, todavia, a sua taxa de ocupação permanente superior aos 75%. Além dos 3 serviços de Internamento IMC, IM, ULDM e UMDR, esta viu aumentada a sua capacidade de 15 para 30 camas, integradas na Rede Nacional dos Cuidados Continuados Integrados (RNCCI), registando conjuntamente com a ULDM taxas de ocupação sempre superiores a 90%.

As Convenções com o SNS incrementaram consideravelmente a actividade de alguns serviços, como a Medicina Física e de Reabilitação (MFR), a Imagiologia e os Exames Especiais de Gastroenterologia. Em 2018, fruto de acordos com instituições parceiras na área laboratorial, o HE verá alargadas as convenções com o SNS a outras áreas.

Verificou-se o alargamento da actividade da Consulta Externa, através do recrutamento para os quadros permanentes do HE de mais especialistas de medicina interna, de dermatologia, de pediatria, de ortopedia e de medicina geral e familiar, o que permitiu aumentar as agendas fixas de mais especialidades médicas e cirúrgicas.

Tendo por base o enquadramento e a orientação estratégica do plano de actividades de 2017, procurou-se apoiar a tomada de decisão e desenvolvimento das actividades numa lógica de exequibilidade e sustentabilidade. Referimos a seguir as principais medidas e objectivos operacionais, que a Direcção de Enfermagem se propôs desenvolver:

1. Promover a excelência clínica – Numa clara aposta de qualidade, instituiu-se uma dinâmica no desenvolvimento da actividade de Enfermagem com base numa metodologia científica, na consolidação e concepção de cuidados, tendo como base o preconizado pela CIPE; “catalogo internacional práticas de enfermagem”.

2. Promover ganhos em saúde - As acções desenvolvidas visaram sobretudo prevenir complicações através de acções atempadas e antecipadas às situações;

3. Promover a integração de cuidados - Projecto de preparação, acompanhamento e monitorização da alta do paciente da ULDM;

4. Promover a eficiência - Foram integradas como intervenções fundamentais o acompanhamento e monitorização dos consumos nos serviços;

5. Promover a formação e a investigação - Foi elaborado o regulamento da formação pelo CEFES, tendo aprovado vários projectos de investigação e formação nas áreas médica e de enfermagem;

6. Promover a satisfação dos profissionais mantendo-os motivados e comprometidos com a Instituição;

7. Melhoria contínua da qualidade - Priorizar o acompanhamento dos profissionais de saúde;

8. Participar na reestruturação e alargamento dos serviços-.

A Direcção Clínica, entretanto, definiu como plano estratégico da sua actividade uma maior proximidade ao corpo médico do Hospital, no sentido de um melhor conhecimento das competências profissionais instaladas e de uma gestão clínica mais participada e incentivadora de mais humanização e mais qualidade na prestação dos cuidados. Em conjunto e com o apoio do Conselho de Gestão do Hospital, a Direcção Clínica reorganizou as áreas funcionais, definindo como essenciais a Urgência e a Consulta Externa, fundidas numa mesma coordenação, justificada pelo facto de serem essas as duas portas principais de acesso aos serviços do Hospital. Assim, melhorou-se também a coordenação do Internamento médico e médico-cirúrgico.

O HE está, por isso, a fazer o caminho para a sua sustentabilidade própria, no seio da actividade global da Fundação.

EVOLUÇÃO DOS INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

A FFP, estando numa fase de consolidação do seu processo de integração organizacional, ou seja, o desenvolvimento e implementação dos planos de acção de investimento e de formação dos seus colaboradores,

Fundação Ensino e Cultura “Fernando Pessoa”

mantém e prossegue o reforço de áreas de actuação, para que possa concretizar o objectivo de gerar condições para um desenvolvimento sustentado, potenciando níveis crescentes de melhoria da prestação de serviços.

Continua a ser seguida uma estratégia de gestão económica e financeira rigorosa, com vista atingir os objectivos definidos. Foi prosseguida uma política de racionalização de recursos com reflexos ao nível dos custos, para tentar dar cumprimento aos objectivos globais de racionalização dos custos.

ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

As contas relativas ao exercício de 2017, retratam a situação económica e financeira da Fundação, em regime normal de funcionamento, e apesar de todas as dificuldades económicas e sociais quer a nível nacional quer internacional, estas refletem-se num reforço, também ele excepcional, dos recursos financeiros desta Fundação.

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos registos contabilísticos da Fundação, mantidos em conformidade com o referencial do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) e da norma contabilística e de relato financeiro para entidades do sector não lucrativo (NCRF-ESNL), de acordo com o Aviso nº 8259/2015 de 29 de Julho.

1. Rendimentos

O volume de negócios atingiu os € 30 833 280,30, ou seja a Fundação aumentou o seu volume de negócios relativamente ao ano anterior em cerca de 8%.

Descrição	Ano 2017	Total %	Ano 2016	Total %	%
Vendas e Pr.Serv.	30 833 280.30	96.87%	28 622 434.57	98.16%	8%
Subs. Exploração	232 519.10	0.73%	168 673.99	0.58%	38%
Outras imparidades (reversões)	341 314.71	1.07%	2 803.93	0.01%	12073%
Out. Rend.e Ganhos	421 951.62	1.33%	363 775.98	1.25%	16%
Juros, divid.,Out.Rend. Simil.	0.00	0.00%	296.78	0.00%	-100%
TOTAL	31 829 065.73	100.00%	29 157 985.25	100.00%	9%

Como se pode verificar neste mapa resumo, observa-se um aumento no total de rendimentos em 2017, por comparação com 2016, em cerca de 9%. E a rubrica que teve maior impacto foi a das reversões, devido à valorização do Fundo de Participação da Caixa Económica do Montepio Geral, tendo ocorrido o resgate em Julho de 2017.

2. Gastos

O total de gastos e perdas, no valor de € 31 652 881,78, regista um aumento correspondente a 9.16%, relativamente ao ano anterior.

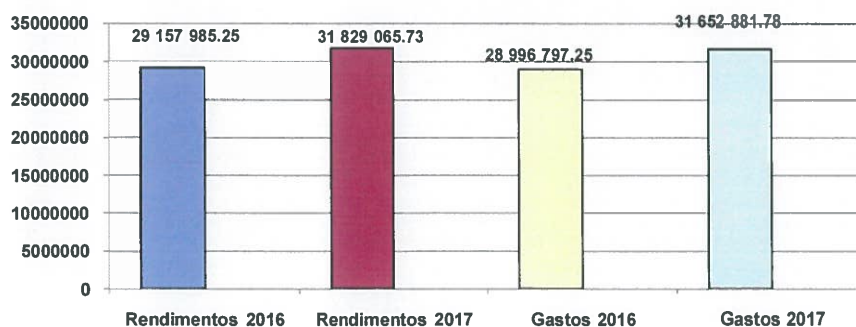
Fundação Ensino e Cultura “Fernando Pessoa”

Os **Gastos e Perdas** acompanharam o aumento dos rendimentos, pelo que o resultado deste exercício espelhou-se no valor, antes de impostos, de € 176 183,95.

Descrição	Ano 2017	Total %	Ano 2016	Total %	%
C.M.V.M.C.	1 915 357.90	6.05%	1 466 655.49	5.06%	30.59%
Forn.Serv.Externos	7 797 456.14	24.63%	7 749 427.04	26.73%	0.62%
Cust. c/ Pessoal	18 173 389.95	57.41%	16 272 577.52	56.12%	11.68%
Deprec. Amortizações	1 863 251.13	5.89%	1 813 513.99	6.25%	2.74%
Perdas por imparidade	1 054.60	0.00%	329 708.05	1.14%	-99.68%
Provisões	557 140.62	1.76%	0.00	0.00%	#DIV/0!
Perdas redução justo valor	80 109.39	0.25%	107 900.37	0.37%	-25.76%
Out. Gastos e perdas	562 230.89	1.78%	419 380.00	1.45%	34.06%
Gast. e perdas financ.	702 891.16	2.22%	837 634.79	2.89%	-16.09%
TOTAL	31 652 881.78	100.00%	28 996 797.25	100.00%	9.16%

O gráfico seguinte mostra-nos com mais evidência a relação entre os vários componentes, quer para o período em análise quer para o anterior.

Resumo Comparativo



Do quadro anterior, constata-se que não houve desvios significativos na comparação dos períodos económicos, quer em termos de rendimentos quer em termos de gastos.

Fundação Ensino e Cultura “Fernando Pessoa”

3. Variação Patrimonial

Do confronto dos rendimentos e gastos acima analisados, obtém-se um Resultado Líquido positivo de 140 692,93€, conforme mapa abaixo.

RUBRICAS	2017	2016
Rendimentos	31 829 065,73	29 157 984,85
Gastos	- 31 652 881,78	- 28 996 797,25
Resultado antes de impostos	176 183,95	161 187,60
Imposto sobre o rendimento do período	-35 491,02	- 10 512,82

Do que acima se afirmou, face à conjuntura vivida, o ano de 2017 foi, obviamente, difícil mas, mesmo assim, com a boa gestão implementada e demonstrada, obteve-se um resultado positivo.

O rácio da autonomia financeira, face ao balanço de 2017, atinge 0.34; por outro lado, o rácio da solvabilidade é de 0.52.

Gastos com o pessoal

Os custos com o pessoal e respectiva produtividade podem ser analisados no quadro seguinte:
Pessoal

RUBRICAS	2017
Nº Trabalhadores	754
Gastos com Pessoal	18 173 389,95

Além dos funcionários contratados, a Instituição conta também com prestadores de serviço independentes (docentes e prestadores de serviços na área da medicina, entre outros), cujo valor ascende a € 2 523 108,44, e com subcontratos que totalizam €1 546 284,78.

Relação do Investimento

No ano de 2017, registou-se um investimento total de 231 895,15€, distribuído pelas várias rubricas dos activos fixos tangíveis e intangíveis, conforme quadro abaixo:

Activos

Descrição	2017	2016	% no Total
Activos Intangíveis	13 298.76	48 949.08	-72.83%
Activos Fixos Tangíveis			
Edifícios e Outras Construções	41 140.36	25 616.31	60.60%
Equip. Básico	155 161.62	410 807.59	-62.23%
Equip. Administrativo	12 573.51	7 930.52	58.55%
Outras activos tangíveis	9 720.90	34 818.99	-72.08%
TOTAL	231 895.15	528 122.49	-56.09%

4. Evolução Previsível da Fundação

A Administração considera que os resultados obtidos, em 2017, pela Fundação reforçam a sua estabilidade, quer no plano patrimonial e económico-financeiro quer no plano da quota de mercado detida.

Estando os investimentos em infra-estruturas físicas de monta e em equipamentos essenciais realizados e em condições de possibilitar, nos próximos anos, na UFP e no HE, um crescimento de alunos, sobretudo internacionais, e um aumento de pacientes, a Fundação aumentará seguramente os seus rendimentos, em 2018. A Administração prevê, com realismo, que o montante global da facturação da Fundação possa crescer na ordem dos dois dígitos, controlando as despesas com pessoal, que não crescerão certamente mais do que cresceram em 2017.

5. Estado e Outros Entes Públicos

Não existem dívidas em mora ao Estado e outros entes públicos.

6. Factos Relevantes Ocorridos Após o Termo do Período

Após o termo do período e até à presente data, não ocorreram acontecimentos subsequentes com relevância que impliquem ajustamentos e/ ou divulgação nas contas do período.

7. Variação Patrimonial Líquida do Período

Pelo exposto, a variação patrimonial líquida positiva do período espelhou-se em € 140 692,93.

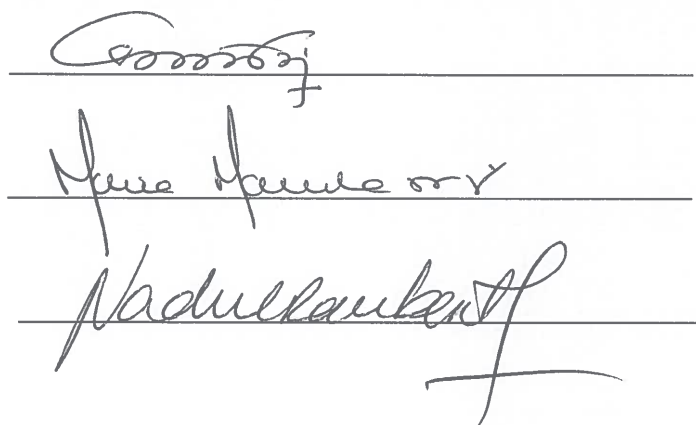
Proposta da aplicação dos resultados: A Administração propõe que o resultado positivo seja aplicado na incorporação nos Fundos Patrimoniais.

8. Considerações finais

Pelo exposto, no presente relatório de gestão, pode concluir-se que o projeto da Fundação Fernando Pessoa, nas suas duas vertentes principais – o ensino superior e a prestação de cuidados de saúde -, tem vindo a fazer o seu caminho com total segurança e sempre com uma perspetiva clara de consolidação da sua filosofia de construção de um comunidade humana interna que se sinta verdadeiramente vinculada ao desenvolvimento da instituição, por fazer dela parte integrante e, por isso, usufruindo dos direitos que tal pertença lhe confere mas também consciente dos deveres e da responsabilidade que tem com o futuro da Fundação. O conselho de administração quer acreditar que todos os membros da comunidade pessoana reconhecem que esta instituição é um exemplo de dedicação, de desprendimento e de dádiva, como todas as fundações devem ser, de muito trabalho e de grande rigor na administração de um património que se fez sem quaisquer apoios financeiros públicos. A Fundação é fruto da cultura de risco e do animus donandi da família que a criou e a administra.

Porto, 20 de Abril de 2018

O Conselho de Administração



The image shows three handwritten signatures, each written on a horizontal line. The signatures are in cursive and appear to be: 1. A signature that looks like 'Cristina' or similar. 2. A signature that looks like 'Marta' or similar. 3. A signature that looks like 'Madalena' or similar.

Entidade: Fundação Ensino e Cultura Fernando Pessoa
 Demonstração Individual de Fluxos de Caixa
 Período findo em 31 de Dezembro de 2017

Unidade monetária: Euro

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS - MÉTODO DIRECTO			
Recebimentos de clientes	+	30 617 833.03	27 633 119.66
Pagamentos a fornecedores	-	9 688 456.23	8 569 110.73
Pagamentos ao pessoal	-	17 878 092.31	15 956 007.11
Caixa gerada pelas operações		3 051 284.49	3 108 001.82
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-10 512.82	-11 562.50
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional	+	460 985.70	98 493.86
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		3 501 757.37	3 194 933.18
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos Fixos Tangíveis		170 763.62	400 447.48
Activos Intangíveis		13 298.76	78 949.08
Investimentos Financeiros		0.00	0.00
Outros activos		0.00	23 809.86
Recebimentos provenientes de:			
Activos Fixos Tangíveis		0.00	0.00
Activos Intangíveis		0.00	0.00
Investimentos Financeiros		461 701.70	1 390.51
Outros activos		0.00	0.00
Subsídios para investimentos		0.00	0.00
Juros e rendimentos similares		0.00	296.78
Dividendos		0.00	0.00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		277 639.32	-313 467.02
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		301 127.49	322 043.21
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		0.00	0.00
Cobertura de prejuízos		0.00	0.00
Doações		0.00	0.00
Outras operações de financiamento		0.00	0.00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		2 583 957.36	1 544 121.61
Juros e gastos similares		702 869.62	837 634.79
Dividendos		0.00	0.00
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		0.00	0.00
Outras operações de financiamento		0.00	0.00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-2 985 699.49	-2 059 713.19
Varição de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		793 697.20	821 752.97
Efeito das diferenças de câmbio/ Variações do justo valor		0.00	0.00
Correcções saldos iniciais		0.00	0.00
Caixa e seus equivalentes no início do período		1 471 323.22	649 570.25
Caixa e seus equivalentes no fim do período		2 265 020.42	1 471 323.22

A Administração

Assinatura:
 Maria Paula IV
 Abdulmeleberoff

A Contabilista Certificada (CC nº 47326)

Assinatura

Fundação Ensino e Cultura Fernando Pessoa

Demonstração Individual dos resultados por natureza em 31 Dezembro 2017

	31/dez/17	31/dez/16
RENDIMENTOS E GASTOS		
Vendas e Serviços Prestados	30 833 280.30	28 622 434.57
Subsídios, doações e legados à exploração	232 519.10	168 673.99
Variação nos inventários da produção	0.00	0.00
Trabalhos para a própria entidade	0.00	0.00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-1 915 357.90	-1 466 655.49
Fornecimentos e serviços externos	-7 797 456.14	-7 749 427.04
Gastos com o pessoal	-18 173 389.95	-16 272 577.52
Ajustamentos de inventários (perdas / reversões)	0.00	0.00
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	-1 054.60	-22 208.05
Provisões (aumento / reduções)	-557 140.62	0.00
Outras Imparidades (perdas/reversões)	341 314.71	-304 696.07
Aumentos / reduções justo valor	-80 109.39	-107 900.37
Outros rendimentos	421 951.62	364 072.36
Outros gastos	-562 230.89	-419 380.00
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	2 742 326.24	2 812 336.38
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-1 863 251.13	-1 813 513.99
Resultado operacional antes de gastos de financiamento e impostos	879 075.11	998 822.39
Juros e rendimentos similares obtidos	0.00	0.00
Juros e gastos similares suportados	-702 891.16	-837 634.79
Resultado antes de Impostos	176 183.95	161 187.60
Imposto sobre o rendimento do período	35 491.02	10 512.82
Resultado líquido do período	140 692.93	150 674.78

Fundação Ensino e Cultura Fernando Pessoa * NIF 502 057 602

A Contabilista certificada (CC n.º 47326)

A Administração

Handwritten signatures:
 Henrique Fernando
 Naduereuberff

Handwritten signature of the certified accountant.

Fundação Ensino e Cultura Fernando Pessoa

Balço Individual em 31 de Dezembro de 2017

Fundação Ensino e Cultura Fernando Pessoa * NIF 502 057 602

	31/dez/17	31/dez/16
ACTIVO		
Activo não corrente		
Activos fixos tangíveis	39 718 483.11	41 304 618.22
Bens do património histórico e cultural	0.00	0.00
Activos intangíveis	328 970.46	377 361.27
Investimentos financeiros	30.91	190 291.59
Fundadores/beneméritos/patroc./doadores/assoc./membros	0.00	0.00
Outros créditos e activos não correntes	75 380.07	46 734.29
	40 122 864.55	41 919 005.37
Activo corrente		
inventários	616 219.25	618 218.68
Créditos a receber	3 147 692.29	2 670 615.13
Adiantamentos fornecedores	453.69	0.00
Estado e outros entes públicos	0.00	0.00
Fundadores/beneméritos/patroc./doadores/assoc./membros	0.00	0.00
Diferimentos	74 804.33	456 293.69
Outros activos correntes	203 974.03	281 856.02
Caixa e depósitos bancários	2 262 247.08	1 468 549.88
	6 305 390.67	5 495 533.40
TOTAL DO ACTIVO	46 428 255.22	47 414 538.77
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO		
FUNDOS PATRIMONIAIS:		
Fundos	11 323 252.58	11 172 577.80
Excedentes Técnicos	0.00	0.00
Reservas	14 180.96	14 180.96
Resultados transitados	2 729 642.41	2 729 642.41
Excedentes de revalorização	486 214.66	486 214.66
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	1 224 967.14	1 288 780.61
	15 778 257.75	15 691 396.44
Resultado líquido do período	140 692.93	150 674.78
Total dos fundos de patrimoniais	15 918 950.68	15 842 071.22
Passivo não corrente		
Provisões	557 140.62	0.00
Provisões específicas	0.00	0.00
Financiamentos obtidos	14 080 879.93	16 222 065.77
Outras dividas a pagar	0.00	0.00
	14 638 020.55	16 222 065.77
Passivo corrente		
Fornecedores	958 596.79	1 113 543.67
Adiantamento de clientes	0.00	0.00
Estado e outros entes públicos	954 938.88	572 916.83
Fundadores/beneméritos/patroc./doadores/assoc./membros	0.00	0.00
Financiamentos obtidos	7 008 339.44	7 451 110.96
Diferimentos	3 139 726.43	2 633 423.37
Outros passivos correntes	3 809 682.45	3 579 406.95
	15 871 283.99	15 350 401.78
TOTAL DO PASSIVO	30 509 304.54	31 572 467.55
Total dos fundos patrimoniais e do passivo	46 428 255.22	47 414 538.77

A Administração

Handwritten signature: Maria Helena ...

A Contabilista certificada (CC n.º 47326)

Handwritten signature: J. ...

FUNDAÇÃO
ENSINO E CULTURA
FERNANDO PESSOA
**Anexo às
Demonstrações
Financeiras
Individuais em
31 de Dezembro
de 2017**



UNIVERSIDADE
FERNANDO PESSOA
www.ufpp.pt



HOSPITAL
Universidade Fernando Pessoa

FUNDAÇÃO ENSINO E CULTURA "FERNANDO PESSOA"

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 Dezembro 2017

(Montantes expressos em Euros)

ÍNDICE

1.	Identificação da Fundação	03
2.	Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	04
3.	Principais políticas contabilísticas alterações nas estimativas contabilísticas e erros	04
4.	Activos fixos tangíveis	11
5.	Activos intangíveis	14
6.	Custos de empréstimos obtidos	15
7.	Inventários	17
8.	Rendimentos e gastos	18
9.	Provisões, passivos contingentes e activos contingentes	19
10.	Subsídios e outros apoios de entidades públicas	20
11.	Instrumentos financeiros	21
12.	Benefícios de empregados	28
13.	Acontecimentos após a data do balanço	29
14.	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	29
15.	Outras divulgações	30

Exercício Económico de 2017

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A Fundação Ensino e Cultura “Fernando Pessoa”, foi constituída em 12 de Fevereiro de 1988 e tem a sua sede na Praça Nove de Abril no Porto. A sua atividade principal é o ensino superior, e a secundária é atividades em estabelecimentos de saúde com internamento, prática médica de clinica especializada e em ambulatório.

NIF: 502 057 602

CAE Principal: 85420

CAE Secundário: 86100 / 86220

Conselho de Administração:

Presidente: Salvato Vila Verde Pires Trigo – NIF 129 057 444;

Vice-Presidente: Maria Manuela Rombert Soares Trigo – NIF 144 964 864;

Vogal: Nadine Stella Rombert Trigo – NIF 192 100 220.

Conselho Fiscal:

Presidente do Conselho Fiscal: Arménio Antunes Belo da Silva - NIF 114 609 241;

Vogal do Conselho Fiscal: José Manuel de Pinho Alves Coelho – NIF 192 549 553;

Vogal ROC: PAFT – Pacheco, Amaral, Freitas & Teixeira, SROC, Lda – NIF 510 143 210, representada por Ana Pacheco ROC nº 1414, inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o nº 268;

ROC Suplente: Maria Daniela da Silva de Sousa Freitas Lickfold da Silva – NIF 190 976 802, inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas nº 1489.

Contabilista Certificado:

Teresa Maria Ferreira da Graça Porto – NIF 164 663 479, inscrita na Ordem dos Contabilistas Certificados nº 47326.

FUNDAÇÃO ENSINO E CULTURA "FERNANDO PESSOA"

2. REFERENCIAL CONTABILISTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

Em 2017 as demonstrações financeiras da Fundação foram preparadas de acordo com pressuposto da continuidade das operações e no regime do acréscimo, a partir dos registos contabilísticos da Fundação, e de acordo com a norma contabilística e de relato financeiro para entidades do sector não lucrativo (NCRF-ESNL), de acordo o Aviso nº8259/2015 de 29 de Julho.

2.2 Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derrogadas e dos respectivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo, e dos resultados da entidade.

No presente exercício não foram derrogadas quaisquer disposições do ENSL.

2.3 Comparabilidade

As quantias relativas ao período findo em 31 de Dezembro de 2017, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística, e de acordo com os mesmos pressupostos do ano anterior.

3. PRINCIPAIS POLITICAS CONTABILISTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILISTICAS E ERROS

3.1 Principais políticas contabilísticas:

a) Bases gerais de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos registos contabilísticos da Fundação, de acordo com as normas contabilísticas e de relato financeiro aplicáveis, NCRF-ENSL, com o objectivo de proporcionar aos seus utentes uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira, e do desempenho (resultados).

Pressupostos:

Regime do acréscimo
Continuidade das operações

FUNDAÇÃO ENSINO E CULTURA "FERNANDO PESSOA"

Características qualitativas da informação financeira:

Compreensibilidade
Relevância
Materialidade
Fiabilidade
Representação fidedigna
Substância sobre a forma
Neutralidade
Prudência
Plenitude
Comparabilidade

Activos intangíveis

Os activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes activos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Fundação, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração dos resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas, quando a Fundação demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o activo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto do período em que são incorridas.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método da Linha Recta em conformidade com o período de vida útil.

Activos fixos tangíveis

As depreciações destes activos são calculadas segundo o método da Linha Recta, e as vidas úteis e método de reintegrações dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos activos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos activos fixos tangíveis são registadas como gastos no exercício em que ocorrem.

O desreconhecimento dos activos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas «Outros rendimentos e ganhos» ou «Outros gastos e perdas».

Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição. Sempre que existam indícios de que o activo possa estar em imparidade, é efectuada uma avaliação desses investimentos financeiros, sendo registados como gastos as perdas por imparidade que existam, ou reconhecidas as suas reversões até ao limite das perdas por imparidade registadas.

FUNDAÇÃO ENSINO E CULTURA "FERNANDO PESSOA"

Imparidade de activos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efectuada uma revisão das quantias escrituradas dos activos fixos tangíveis e intangíveis da Fundação com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade.

Sempre que a quantia escriturada pelo qual o activo se encontra registado é superior à quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registado como um gasto na rubrica "Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis" ou "Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis". A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é a quantia que se obteria com a alienação do activo numa transacção com entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa que se esperam do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade de fluxos de caixa à qual o activo pertence.

A reversão por perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores, é registada quando se conclui que as perdas por imparidade já não existem ou diminuíram. Contudo a reversão é efectuada até ao limite da quantia da perda por imparidade que estaria reconhecida (liquida de amortizações/depreciações).

Locações

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos. Assim, os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

Os activos fixos tangíveis adquiridos, mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo os activos fixos tangíveis e as correspondentes depreciações acumuladas, e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros e outros gastos incluídos no valor das rendas, e as depreciações dos activos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Inventários

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o Custo Médio Ponderado como fórmula de custeio das saídas, em sistema de inventário permanente.

Custos dos empréstimos obtidos

Os custos com os juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime do acréscimo, excepto nos casos em que estes estejam directamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um activo cujo período de tempo para ficar pronto para o uso pretendido seja substancial, neste caso são capitalizados até ao momento em que todas as actividades necessárias para preparar o activo elegível para uso ou venda estejam concluídas.

Instrumentos financeiros:

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

FUNDAÇÃO ENSINO E CULTURA "FERNANDO PESSOA"

Clientes e outras contas a receber

As contas de "Clientes" e "Outras contas a receber" não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas 'Perdas de imparidade acumuladas', para que as mesmas reflectam o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem objectivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido, tendo em conta as informações de mercado no incumprimento de responsabilidades, histórico de saldos vencidos e não recebidos e eventuais processos de acção judicial.

As perdas por imparidade são ajustadas com reforços reconhecidos como gastos no período, ou reversões resultantes do recebimento total ou parcial dos montantes em dívida, como rendimentos do período.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As contas de fornecedores e de outros terceiros encontram-se mensuradas pelo método do custo.

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros.

Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo custo, deduzido dos custos de transacção que estejam directamente atribuíveis à emissão desses passivos, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou passivo não corrente, dependendo do seu vencimento ocorrer a menos ou a mais de um ano, respectivamente. O seu desreconhecimento acontece quando houver lugar a sua liquidação, cancelamento ou expiração.

Os custos de juros incorridos com empréstimos são calculados de acordo com a taxa de juro efectiva e contabilizados na demonstração de resultados do período de acordo com o regime do acréscimo.

Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos à ordem, a prazo e a outros depósitos bancários cujos valores possam ser mobilizados sem risco significativo de alteração do seu valor. Se o seu vencimento for inferior a 12 meses, são reconhecidos no activo corrente, caso contrário, e quando existam limitações na sua movimentação, são reconhecidos no activo não corrente.

Provisões

As provisões são reconhecidas e revistas na data do balanço, apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

Passivos contingentes

Os passivos contingentes são definidos pela empresa como obrigações possíveis ou obrigações presentes, resultantes de acontecimentos passados, quando não é provável um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos, e sejam incertos e não totalmente controlados.

FUNDAÇÃO ENSINO E CULTURA "FERNANDO PESSOA"

Activos contingentes

Os activos contingentes surgem de eventos não planeados ou outros esperados que dão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos, e devem ser divulgados no anexo. Quando a sua realização for certa, então o seu reconhecimento deve ser efectuado.

Regime do acréscimo

As transacções são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas "Outras Contas a Receber e a Pagar" e "Diferimentos".

Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transacção podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber, reflectindo eventuais descontos concedidos.

Subsídio do Governo

Os subsídios do governo são reconhecidos de acordo com o justo valor quando existe uma garantia razoável de que irão ser recebidos e que a entidade cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios são reconhecidos como rendimentos na rubrica "Subsídios à exploração" no próprio período em que são suportadas as diversas despesas aprovadas no orçamento de cada um dos projectos de investigação em curso. Os subsídios não reembolsáveis relacionados com activos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos fundos patrimoniais, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los como gastos relacionados. Na Fundação Fernando Pessoa, temos a contabilização do subsídio nos fundos patrimoniais, referente ao financiamento pelo QREN, no âmbito do programa ON2-FEDER, da Unidade de Cuidados Continuados do Hospital Escola, tendo sido reconhecido um gasto no período em análise no montante de 63 813,47€.

Efeitos de alterações em taxas de câmbio

As transacções em moeda estrangeira são convertidas em euros utilizando taxas de câmbio que se aproximam das taxas oficiais vigentes à data da operação. Aquando da liquidação dos itens monetários ou à data do balanço, são utilizadas as taxas de câmbio nessa data para reavaliar a quantia em aberto. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, são registadas como rendimentos e/ou gastos na demonstração dos resultados do exercício na rubrica de ganhos/perdas cambiais.

Impostos sobre o rendimento

O Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) foi calculado à taxa de 21% sobre a matéria colectável. Ao valor de colecta de IRC assim apurado, acresce a tributação autónoma sobre os encargos às

FUNDAÇÃO ENSINO E CULTURA "FERNANDO PESSOA"

taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria colectável, é tido em conta ao somatório dos Rendimentos Globais (IRS – Artigo 53º) mais Incrementos Patrimoniais Gratuitos, menos os Custos Comuns e Benefícios Fiscais, ao qual é aplicada a referida taxa de imposto.

Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, complementos de trabalho nocturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Administração.

São ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social, Caixa Geral de Aposentações e ADSE, de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, e do Seguro de Saúde nos termos previstos com os gastos de acção social.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de Dezembro de cada ano, sendo pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido. Contudo no caso dos contratos de trabalho que cessem até ao final do período seguinte, estão a ser processados e pagos os duodécimos dos subsídios de férias no próprio período. Relativamente ao subsídio de natal, também estão a ser processados e pagos por duodécimos, independentemente do tipo de contrato de trabalho.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da Fundação, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

Eventos Subsequentes

Não existem eventos subsequentes.

b) Outras políticas contabilísticas

Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Fundação são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevaletentes à data da transação. Em 2017 utilizamos a taxa de câmbio Dólar dos Estados Unidos, para valorizar a quantia disponível em fundo de maneio, que ascende 138,00 USD (115,07€).

Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidades de euro.

Júzos de valor críticos

Na preparação das demonstrações financeiras anexas, a entidade adoptou pressupostos e estimativas com base nas normas previstas que afectam os activos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assumpções efectuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso, sendo avaliado de forma periódica eventuais obrigações, que resultam de eventos passados e que devam ser objecto de reconhecimento ou divulgação. As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem:

FUNDAÇÃO ENSINO E CULTURA "FERNANDO PESSOA"

- I) **Gastos estimados por acréscimo:** Remunerações de férias e subsídio de férias, imposto municipal sobre imóveis, seguros a liquidar, subcontratos e honorários referentes a serviços médicos, honorários de docência, trabalhos especializados e outros gastos como conservação e reparação, comunicação, eletricidade, gás, água, etc ...;
- II) **Gastos a reconhecer:** Seguros liquidados, licenças de software, quotizações e outros serviços;
- III) **Rendimentos estimados por acréscimo:** Propinas e subsídios à exploração dos diversos projectos de investigação e desenvolvimento em curso na Universidade, assim como rendimentos relacionados com a actividade hospitalar na Unidade de Cuidados Continuados, internamento na Unidade de Longa Duração e cirurgias realizadas em 2017, cuja faturação ocorrerá em 2018;
- IV) **Rendimentos a reconhecer:** Propinas pagas no exercício económico em análise e subsídios à exploração de alguns projectos em curso;
- V) **Provisões:** Foram consideradas provisões para processos judiciais em curso, no valor total de 557.140,62€ relativamente ao processo em que a Fundação impugna o pagamento de liquidação de IRC do ano de 2010, processo referente ao protocolo com o Centro de Estudos Técnicos Superiores de Canarias, processo de pagamento de uma indemnização por negligência médica em cirurgia feita pelo Dr. Paulo Amado, e o processo no âmbito do contrato de cedência da titularidade dos direitos às convenções com SNS.
- VI) **Vidas úteis dos activos fixos tangíveis e intangíveis;**

As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras no período findo em 31 de Dezembro de 2017 foram:

- Acréscimo de gastos das remunerações de férias, subsídio de férias e respectivos encargos contributivos com a Segurança Social, Caixa Geral de Aposentações e ADSE, o que perfizeram o montante total de 2.236.313,11€.
- Acréscimo de rendimentos relativamente ao Hospital Escola que se cifra em 84.150,75€;
- Acréscimo das propinas por receber no período de 2017, no valor total de 54.973,93€;
- Estimativa de eventuais perdas para os processos judiciais em curso que se cifra no valor de 557.140,62€;
- Diferimento de propinas recebidas em 2017, que dizem respeito ao exercício de 2018 no montante de 3.053.828,27€.

c) Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Fundação, mantidos de acordo com as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro para as Entidades do sector não lucrativo.

d) Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas de valores futuros reconhecidas nas demonstrações financeiras, refletem a evolução previsível da Fundação no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa pôr em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos activos e passivos no próximo período.

3.2 Alterações nas políticas contabilísticas

Políticas contabilísticas são os princípios, bases, convenções, regras e práticas específicas aplicadas na preparação e apresentação de demonstrações financeiras. As políticas contabilísticas utilizadas decorrem das normas aplicáveis no referencial contabilístico adoptado pela Fundação (ver nota 2), sendo aplicadas de forma consistente excepto quando a alteração resulta em informação mais fiável e relevante.

FUNDAÇÃO ENSINO E CULTURA "FERNANDO PESSOA"

A aplicação inicial de uma norma e as alterações à aplicação de normas estão devidamente divulgadas, e os seus efeitos aplicados retrospectivamente até ao ponto em que seja impraticável determinar quer os efeitos específicos de um período, quer o efeito cumulativo da alteração.

Na ausência de uma norma ou interpretação que se aplique especificamente a uma transacção, outro acontecimento ou condição, a Administração ajuizará quanto ao desenvolvimento e aplicação de uma política contabilística que resulte em informação que garanta as características qualitativas das demonstrações financeiras a apresentar.

Não existiram alterações nas políticas contabilísticas.

A impossibilidade de quantificação dos efeitos retrospectivos de alterações de políticas e/ou da correcção de erros materiais é objecto de divulgação.

3.3 Alterações nas estimativas contabilísticas

As estimativas e os pressupostos subjacentes são determinados com base no melhor conhecimento existente à presente data dos eventos e transacções em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes.

Os efeitos das alterações de estimativas (que não decorram de alterações de políticas contabilísticas) são reconhecidos prospectivamente nos resultados do período de alteração e/ou períodos posteriores.

Neste exercício não existiram alterações nas estimativas contabilísticas.

3.4 Erros materiais de períodos anteriores

Não existem erros materiais no período em apreço.

4. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Enquadramento da política

Os activos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

A mensuração subsequente dos activos fixos tangíveis assenta no modelo do custo deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com método da linha recta e quotas mínimas, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, tendo em conta a estimativa de valor residual, tradicionalmente nulo, e os duodécimos no ano de aquisição e no ano de alienação.

FUNDAÇÃO ENSINO E CULTURA "FERNANDO PESSOA"

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Rubrica	Vida útil (anos)
Edifícios e outras construções	20 a 40
Equipamento básico	6 a 20
Equipamento de transporte	4 a 8
Equipamento administrativo	6 a 20

As despesas subsequentes com manutenção e reparação que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que são incorridas. O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um activo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transacção e a quantia escriturada do activo, sendo reconhecido em resultados no período em que ocorra.

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, os abates, as amortizações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31/12/2016	Adições	Transferência entre contas	Alienações	Abates	Perdas por imparidade	31/12/2017
Activos Fixos Tangíveis							
Terrenos e Rec. Naturais	1479 289.44 €						1479 289.44 €
Edifícios e Out. Construções	48 730 546.55 €	41 140.36 €					48 771 686.91 €
Equip. Básico	13 479 255.56 €	155 161.62 €			3 169.94 €		13 631 247.24 €
Equip. Transporte	349 752.05 €	- €					349 752.05 €
Equip. Administrativo	2 556 717.57 €	12 573.51 €					2 569 291.08 €
Outros activos tangíveis	104 189.65 €	9 720.90 €					113 910.55 €
TOTAL ACTIVO FIXO TANGÍVEL BRUTO	66 699 790.82 €	218 596.39 €	- €	- €	3 169.94 €	- €	66 915 177.27 €
Depreciações Activos Fixos Tangíveis							
Edifícios e Out. Construções	15 277 495.16 €	111 1863.39 €					16 419 358.57 €
Equip. Básico	7 313 112.81 €	609 191.15 €			- €		7 922 303.96 €
Equip. Transporte	340 855.15 €	4 106.24 €					344 961.39 €
Equip. Administrativo	2 428 560.12 €	37 925.68 €					2 464 485.80 €
Outros Activos Tangíveis	37 109.34 €	8 475.10 €					45 584.44 €
Total Depreciações Acumuladas	25 395 132.63 €	1 801 861.56 €	- €	- €	- €	- €	27 196 994.19 €
ACTIVO FIXO TANGÍVEL LÍQUIDO	41 304 658.19 €	158 734.83 €	- €	- €	3 169.94 €	- €	39 768 483.11 €

FUNDAÇÃO ENSINO E CULTURA "FERNANDO PESSOA"

Dispêndios com bens e equipamentos no âmbito dos projectos de investigação em curso, financiados por entidades externas

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2017, a Fundação suportou encargos com os projectos de investigação em curso no valor de 16.180,77€, os quais foram capitalizados da seguinte forma:

Descrição	31/12/2016	Adições	Alienações	Abates	Perdas por Imparidade	31/12/2017
Activos Fixos Tangíveis						
Equip. Básico	39 337.19 €	12 252.00 €		- €		51 589.19 €
Equip. Administrativo	11 652.03 €	3 928.77 €				15 580.80 €
TOTAL ACTIVO FIXO TANGÍVEL BRUTO	50 989.22 €	16 180.77 €	- €	- €	- €	67 169.99 €
Depreciações Activos Fixos Tangíveis						
Equip. Básico	20 753.90 €	4 102.83 €				24 856.73 €
Equip. Administrativo	11 510.87 €	632.35 €				12 143.22 €
Total Depreciações Acumuladas	32 264.77 €	4 735.18 €	- €	- €	- €	36 999.95 €
ACTIVO FIXO TANGÍVEL LÍQUIDO	18 724.45 €	11 445.59 €	- €	- €	- €	30 170.04 €

O mapa abaixo evidencia o investimento na Unidade de Cuidados Continuados, por rubricas de activo e respetivas depreciações:

Descrição	31/12/2016	Adições	Alienações	Abates	Perdas por Imparidade	31/12/2017
Activos Fixos Tangíveis - Unidade de Cuidados Continuados						
* Edifícios e Outras Construções	1637 055.24					1637 055.24 €
* Equip. Básico	39 729.39 €	250.92 €		- €		39 980.31 €
* Equip. Administrativo	17 988.92 €	- €				17 988.92 €
TOTAL ACTIVO FIXO TANGÍVEL BRUTO	1 974 773.55 €	250.92 €	- €	- €	- €	1 975 024.47 €
Depreciações Activos Fixos Tangíveis						
Edifícios e Outras Construções	81852.78 €	40 926.38 €				122 779.16 €
Equip. Básico	41080.68 €	20 791.26 €				61 871.94 €
Equip. Administrativo	4 692.92 €	2 346.75 €				7 039.67 €
Total Depreciações Acumuladas	46 773.60 €	64 064.39 €	- €	- €	- €	110 837.99 €
ACTIVO FIXO TANGÍVEL LÍQUIDO	1 928 000.95 €	63 812.47 €	- €	- €	- €	1 991 813.44 €

Observações complementares: Foi celebrado em 31 de Agosto de 2011, um contrato de financiamento ao abrigo do QREN (ON2-FEDER) com o objectivo de financiar as obras da Unidade de Cuidados Continuados, correspondente ao 3º piso do Hospital Escola, no valor de 2.016.683€, com uma comparticipação de 70%, ou seja 1.411.678€. O valor investido rondou 1.999.005€, e foi financiado no montante total de 1.399.303€, totalmente recebido.

Anualmente, estão a ser imputadas as depreciações dos equipamentos e reconhecida a regularização da quota parte subsidiada, conforme divulgação na nota 10 deste Anexo.

FUNDAÇÃO ENSINO E CULTURA "FERNANDO PESSOA"

5. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2017, o movimento ocorrido nos activos intangíveis, foi o seguinte:

Descrição	31/12/2016	Adições	Alienações	Abates	Perdas por imparidade	31/12/2017
Activos Intangíveis						
Direito de superfície	250 000.00 €					250 000.00 €
Propriedade Industrial	260 015.93 €	- €				260 015.93 €
Programas de Computador	194 276.05 €	13 298.76 €				207 574.81 €
TOTAL ACTIVO INTANGÍVEL BRUTO	704 291.98 €	13 298.76 €	- €	- €	- €	717 590.74 €
Amortizações Activos Intangíveis						
Direito de superfície	25 000.00 €	25 000.00 €				50 000.00 €
Programas de Computador	42 709.83 €	36 635.51 €				79 345.34 €
Propriedade Industrial	259 220.88 €	54.06 €				259 274.94 €
Total Amortizações Acumuladas	326 930.71 €	61 689.57 €	- €	- €	- €	388 620.28 €
ACTIVO INTANGÍVEL LÍQUIDO	377 361.27 €	48 390.51 €	- €	- €	- €	328 970.46 €

Dispêndios com bens activos intangíveis no âmbito dos projectos de investigação em curso financiados por entidades externas

Os activos intangíveis são registados inicialmente pelo custo. A mensuração subsequente dos activos intangíveis assenta no modelo do custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com método da linha recta e quotas mínimas, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, tendo em conta a estimativa de valor residual.

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2017, a Fundação não suportou qualquer valor de aquisição de ativos fixos intangíveis, relativos a projectos de investigação em curso.

Descrição	31/12/2016	Adições	Alienações	Abates	Perdas por imparidade	31/12/2017
Activos Intangíveis						
Programas de Computador	3 876.29 €	- €				3 876.29 €
TOTAL ACTIVO INTANGÍVEL BRUTO	3 876.29 €	- €	- €	- €	- €	3 876.29 €
Depreciações Activos Intangíveis						
Programas de Computador	3 876.29 €	- €				3 876.29 €
Total Amortizações Acumuladas	3 876.29 €	- €	- €	- €	- €	3 876.29 €
ACTIVO INTANGÍVEL LÍQUIDO	- €	- €	- €	- €	- €	- €

FUNDAÇÃO ENSINO E CULTURA "FERNANDO PESSOA"

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Rubrica	Vida útil (anos)
Programas de computadores	6
Direito de superfície	10
Propriedade industrial	40

As vidas úteis e método de amortização dos vários activos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

No período em apreço foi desreconhecido o Trespasse (Goodwill) devido o seu valor realizável ser nulo, no valor de 307 500,00€.

Por outro lado foi reconhecido o direito de superfície, como ativo intangível, de acordo com o protocolo assinado com o Município de Gondomar, que prevê a Instalação do Hospital-Escola, sobre o terreno em que é propriedade o Município de Gondomar com uma área de 15000 m², pelo período de 50 anos e prorrogável, desde que se continuem a verificar os pressupostos da sua constituição, por períodos iguais e sucessivos de 20 anos.

6. Custos de empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos, e compreendem juros, impostos e outras despesas conexas.

Gastos e perdas de financiamento	31/12/2017	31/12/2016
Juros suportados		
Juros de financiamento	504 414.82 €	593 704.49 €
Juros de leasing	136 641.88 €	166 664.88 €
Outros gastos e perdas de financiamento	61 812.92 €	77 265.42 €
Juros de mora e compensatórios	7 395.91 €	1 516.09 €
Total	710 265.53 €	839 150.88 €

Os juros de leasing associados a equipamentos para o Hospital-Escola diferidos em 2012, foram acrescidos aos gastos na proporção de 1/5, ou seja no valor de 5 620,14€ (ver página 7, ponto 11.4), ficando os gastos de arranque totalmente reconhecidos neste exercício.

FUNDAÇÃO ENSINO E CULTURA "FERNANDO PESSOA"

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de «Financiamentos obtidos», apresentava a seguinte decomposição:

	31/12/2017	31/12/2016
Instituições de crédito:		
12 anos - Montepio Geral 173.06.100013-1	12 699 467.19 €	13 537 287.67 €
8 anos - Montepio Geral 173.06.100014-9	2 243 973.65 €	3 163 647.56 €
Conta caucionada - MG nº 17330100043	2 980 000.00 €	3 000 000.00 €
Empréstimo CGD nº 0091002690092	210 000.00 €	200 000.00 €
Livranças CGD / MG	517 000.00 €	980 000.00 €
Leasing's	1 285 049.06 €	1 835 881.37 €
Adiantamentos / Factoring	1 153 729.47 €	956 360.13 €
Total	21 089 219.37 €	23 673 176.73 €

Descrição do passivo corrente e não corrente, assim como os montantes em dívida, referente aos financiamentos obtidos:

	31/12/2017			31/12/2016		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Instituições de crédito	5 511 611.37 €	13 138 829.47 €	18 650 440.84 €	5 937 151.75 €	14 943 783.48 €	20 880 935.23 €
Leasing's	342 998.60 €	942 050.46 €	1 285 049.06 €	557 599.08 €	1 278 282.29 €	1 835 881.37 €
Adiantamento/Factoring	1 153 729.47 €	- €	1 153 729.47 €	956 360.13 €	- €	956 360.13 €
Total	7 008 339.44 €	14 080 879.93 €	21 089 219.37 €	7 451 110.96 €	16 222 065.77 €	23 673 176.73 €

FUNDAÇÃO ENSINO E CULTURA "FERNANDO PESSOA"

Instituições de Crédito e Soded. Financeiras	31/12/2017			31/12/2016		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Caixa Leasing (cont. 76345)	14 443.52 €	- €	14 443.52 €	14 444.21 €	13 993.34 €	28 437.55 €
Caixa Leasing (cont. 345250)	45 888.57 €	11 378.09 €	57 266.66 €	57 269.94 €	44 452.86 €	101 722.80 €
Caixa Leasing (cont. 82776)	6 061.86 €	- €	6 061.86 €	6 062.30 €	10 528.63 €	16 590.93 €
Caixa Leasing (cont. 82775)	5 936.38 €	- €	5 936.38 €	5 937.65 €	7 937.80 €	13 875.45 €
Caixa Leasing (cont. 86407)	20 842.83 €	- €	20 842.83 €	20 842.81 €	20 799.81 €	41 642.62 €
Caixa Leasing (cont. 86068)	4 866.14 €	- €	4 866.14 €	4 866.96 €	22 968.23 €	27 835.19 €
Caixa Leasing (cont. 88691)	22 603.99 €	7 195.68 €	29 799.67 €	29 805.20 €	22 118.97 €	51 924.17 €
Caixa Leasing (cont. 88695)	- €	- €	- €	14 522.37 €	- €	14 522.37 €
Caixa Leasing (cont. 93262)	10 714.38 €	20 203.91 €	30 918.29 €	26 004.23 €	15 430.52 €	41 434.75 €
BPI Leasing (Ct. 0010026431)	172 283.46 €	903 272.78 €	1 075 556.24 €	123 691.52 €	1 075 556.23 €	1 199 247.75 €
Montepio Geral (0021-9)	- €	- €	- €	61 589.90 €	- €	61 589.90 €
Montepio Geral (0023-5)	8 117.49 €	- €	8 117.49 €	45 780.05 €	8 135.98 €	53 916.03 €
Montepio Geral (0024-3)	5 410.04 €	- €	5 410.04 €	54 414.84 €	10 521.59 €	64 936.43 €
Montepio Geral (0030-0)	- €	- €	- €	12 375.89 €	- €	12 375.89 €
Montepio Geral (0038-3)	- €	- €	- €	12 150.17 €	- €	12 150.17 €
Montepio Geral (0056-5)	- €	- €	- €	11 642.25 €	- €	11 642.25 €
Montepio Geral (0065-6)	- €	- €	- €	9 026.62 €	- €	9 026.62 €
Montepio Geral (0095-3)	25 829.94 €	- €	25 829.94 €	47 172.17 €	25 838.33 €	73 010.50 €
TOTAL	342 998.60 €	942 050.46 €	1 285 049.06 €	557 599.08 €	1 278 282.29 €	1 835 881.37 €

7. Inventários

Enquadramento da política

Os inventários são registados ao menor de entre o custo de aquisição ou produção e o valor líquido de realização.

O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e para efectuar a venda.

O custo de aquisição resulta dos gastos directos de compra (líquidos de descontos comerciais e abatimentos), dos direitos de importação e outros impostos e taxas não dedutíveis, e dos gastos de transporte e outros directamente atribuíveis à aquisição, necessários para colocar os inventários na sua condição e local actual.

FUNDAÇÃO ENSINO E CULTURA "FERNANDO PESSOA"

O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o custo médio ponderado como fórmula de custeio e o Sistema de Inventário Permanente.

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, os inventários da entidade detalham-se conforme segue:

Rubricas	31/12/2017			31/12/2016		
	Quantia bruta	Perdas p/ imparidade	Quantia líquida	Quantia bruta	Perdas p/ imparidade	Quantia líquida
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	451633.17 €		451633.17 €	448 664.90 €		448 664.90 €
Mercadorias	164 586.08 €		164 586.08 €	169 553.78 €		169 553.78 €
TOTAL	618 219.25 €	- €	618 219.25 €	618 218.68 €	- €	618 218.68 €

Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2017, detalha-se conforme segue:

Movimentos	31/12/2017		31/12/2016	
	Mercadorias	Materias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Materias-primas, subsidiárias e de consumo
Saldo inicial	169 553.78 €	448 664.90 €	199 958.02 €	396 833.08 €
Compras	4 009.78 €	1 909 348.69 €	10 955.11 €	1 477 127.96 €
Regularizações	- €	- €	- €	- €
Saldo final	164 586.08 €	451 633.17 €	169 553.78 €	448 664.90 €
Gastos no exercício (CMVMC)	8 977.48 €	1 906 380.42 €	41 359.35 €	1 425 296.14 €

Relativamente ao total das compras de matérias-primas está incluído o montante de 15 454,72€ que corresponde ao IVA liquidado em função do número de refeições servidas no internamento hospitalar. Ou seja a Fundação Fernando Pessoa está enquadrado em IVA com afetação real, pelo que deduzimos o IVA na aquisição das matérias-primas para os serviços do refeitório do HE. Contudo simultaneamente seguem refeições para os serviços de internamento que por sua vez não liquidados IVA, porque são serviços relacionados com a prestação de serviços no âmbito da saúde. Como tal nas compras relacionadas com os serviços de alimentação não podemos deduzir IVA, e o IVA será custo das matérias-primas consumidas.

8. Rendimentos e gastos

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber, sem consideração dos efeitos de impostos dedutíveis, desde que o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade e for provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a entidade.

Em sede de Prestação de Serviços: o rédito é reconhecido na data da prestação dos serviços ou se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

FUNDAÇÃO ENSINO E CULTURA "FERNANDO PESSOA"

Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período 2017 e 2016:

Rubricas		31/12/2017	31/12/2016	Variação	%
71	Vendas	16 112.84 €	27 887.00 €	- 11 774.16 €	-42.22%
72	Prestação Serviços	30 817 167.46 €	28 594 547.57 €	2 222 619.89 €	7.77%
75	Subsidios a exploração	232 519.10 €	168 673.99 €	63 845.11 €	37.85%
76	Reversões de perdas por imparidade	341 314.71 €	2 803.93 €	338 510.78 €	12072.73%
78	Outros Rendimentos e Ganhos	421 951.62 €	363 775.58 €	58 176.04 €	15.99%
791	Juros obtidos	- €	296.78 €	- 296.78 €	-100.00%
Total Rendimentos e ganhos		31 829 065.73 €	29 157 984.85 €	2 671 080.88 €	9.16%

Quantia de cada categoria significativa de gastos reconhecidos durante o período 2017 e 2016:

Rubricas		31/12/2017	31/12/2016	Variação	%
61	C.M.V.M.C.	1 915 357.90 €	1 466 655.49	448 702.41 €	30.59%
62	Forn.Serv.Externos	7 797 456.14 €	7 749 427.04	48 029.10 €	0.62%
63	Cust. c/ Pessoal	18 173 389.95 €	16 272 577.52	1 900 812.43 €	11.68%
64	Deprec. Amortizações	1 863 251.13 €	1 813 513.99	49 737.14 €	2.74%
65	Perdas por imparidade	1 054.60 €	329 708.05	- 328 653.45 €	-99.68%
66	Perdas redução justo valor	80 109.39 €	107 900.37	- 27 790.98 €	-25.76%
67	Provisões do período	557 140.62 €	0.00	557 140.62 €	#DIV/0!
68	Out. Gastos e perdas	554 834.98 €	419 380.00	135 454.98 €	32.30%
69	Gast. e perdas financ.	710 287.07 €	837 634.79	- 127 347.72 €	-15.20%
Total Rendimentos e ganhos		31 652 881.78 €	28 996 797.25 €	2 656 084.53 €	9.16%

9. Provisões, passivos contingentes e activos contingentes

São reconhecidas provisões apenas quando a Fundação tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação, os quais devem ser considerados na taxa de desconto (antes de impostos) a aplicar à determinação do valor presente da obrigação.

FUNDAÇÃO ENSINO E CULTURA "FERNANDO PESSOA"

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

Foram consideradas provisões para processos judiciais em curso, no valor total de 557.140,62€:

- Processo em que a Fundação impugna o pagamento de liquidação de IRC do ano de 2010 no valor total de 362.723,88€ (inclui juros compensatórios);
- Processo referente ao protocolo com o Centro de Estudios Tecnicos Superiores de Canarias no valor de 141.690,09€;
- Processo de pagamento de uma indemnização solidária por danos patrimoniais e não patrimoniais, ao Sr. Carlos Barbosa, por alegada negligência médica em cirurgia feita pelo Dr. Paulo Amado no montante de 22.726,64€;
- E o processo no âmbito do contrato de cedência da titularidade dos direitos às convenções com SNS para exames de gastroenterologia e de radiologia e para exames e tratamentos de fisioterapia, por parte da empresa Lifefocus, Ld, no valor de 30.000,01€.

Relativamente aos passivos e ativos contingentes no período em apreço:

- Decorre processo em tribunal, cujos Autores são Contalac, Lda e Luis Afonso Costa no valor de 71.567,47€, e em 2015 houve decisão a favor da Fundação, contudo os autores interpuseram recursos e a Fundação moveu uma acção contra a Contalac no valor de 331.381,23€;
- Decorre um processo em tribunal cujo impugnante é a Fundação e o impugnado a Autoridade Tributária e Aduaneira no valor de causa de 362.723,88€ referente à impugnação contra a liquidação adicional de IRC (que inclui juros compensatórios) do exercício de 2011. Há probabilidade efetiva de obterem ganho de causa.

10. Subsídios e outros apoios das entidades públicas

Subsidio ao investimento não reembolsável:

QREN (ON2-Feder)	Saldo Inicial 31.12.2016	Depreciação no período	Saldo Final 31.12.2017
Subsídio Unidade Cuidados Continuados	1 271 676.34 €	63 813.47 €	1 207 862.87 €
Total	1 271 676.34 €	63 813.47 €	1 207 862.87 €

Observações: Este subsídio teve impacto nos resultados uma vez que o equipamento em causa está afecto à Unidade de Cuidados Continuados, e apesar de ter obtido o licenciamento em Agosto de 2014, só no exercício de 2015 começou a ter o seu uso pleno, tendo-se iniciado o registado da depreciação dos ativos tangíveis nesse ano. Até 31 de Dezembro de 2017 a conta 593 (Subsídios ao Investimento) foi debitada no total de 191 438,85€, valor este que corresponde às depreciações acumuladas dos ativos tangíveis. (nota 4,

FUNDAÇÃO ENSINO E CULTURA "FERNANDO PESSOA"

página 13). Conforme nota 4, a Fundação beneficiou de um subsídio ao investimento para a Unidade de Cuidados Continuados.

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o justo valor quando existe uma garantia razoável de que irão ser recebidos ou são efetivamente recebidos no período em apreço, e que a Fundação cumprirá ou cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

A Fundação reconheceu nas suas demonstrações financeiras os seguintes subsídios do Governo

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
	Demonstração de resultados	Demonstração de resultados
PTDC/ANT/81065/2006	0.00 €	484.31 €
Programa Erasmus	51 350.78 €	17 469.38 €
Programa Tempo	0.00 €	6 750.00 €
FP-ENAS 2013	16 080.75 €	6 842.71 €
FP-ENAS 2016	52 694.79 €	0.00 €
RIUSCIRE	8 356.76 €	7 188.94 €
Sub. Inst. Form. Prof. Emprego	98 354.81 €	159 315.72 €
HALLIBURTON	5 681.21 €	-29 377.07 €
Total	232 519.10 €	168 673.99 €

Observações: Os subsídios à exploração são considerados como rendimento do exercício, pois visam compensar gastos incorridos no período e tendo em conta ao princípio do acréscimo, os valores registados são independentes do recebimento ter ocorrido no período.

11. Instrumentos financeiros

11.1 Bases de mensuração e políticas contabilísticas relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras, utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros

Instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um activo financeiro numa entidade, e a um passivo financeiro ou instrumento de fundo patrimonial noutra entidade.

Activo financeiro é qualquer activo que seja:

- dinheiro
- um instrumento de fundo patrimonial de outra entidade

FUNDAÇÃO ENSINO E CULTURA "FERNANDO PESSOA"

c) um direito contratual:

- de receber dinheiro ou outro activo financeiro
- de trocar activos ou passivos financeiros com outra entidade em condições potencialmente favoráveis

d) um contrato que seja ou possa ser liquidado em instrumentos do fundo de patrimonial da própria entidade e que seja:

- um não derivado para o qual a entidade esteja, ou possa estar, obrigada a receber um número variável de instrumentos do fundo patrimonial da própria entidade
- um derivado que seja ou possa ser liquidado de forma diferente de uma quantia fixa em dinheiro ou outro activo financeiro por um número fixo de instrumentos de capital próprio da própria entidade

Passivo financeiro é qualquer passivo que seja:

a) uma obrigação contratual:

- de entregar dinheiro ou outro activo financeiro
- de trocar activos ou passivos financeiros com outra entidade em condições potencialmente desfavoráveis

b) um contrato que seja ou possa ser liquidado em instrumentos do fundo patrimonial da própria entidade e que seja:

- um não derivado para o qual a entidade esteja, ou possa estar, obrigada a entregar um número variável de instrumentos do fundo patrimonial da própria entidade
- um derivado que seja ou possa ser liquidado de forma diferente de uma quantia fixa em dinheiro ou outro activo financeiro por um número fixo de instrumentos do fundo patrimonial da própria entidade

Instrumento do fundo patrimonial é qualquer contrato que evidencie um interesse residual nos activos de uma entidade após dedução de todos os seus passivos.

Os activos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

As dívidas de clientes e de outros terceiros encontram-se registadas pelo seu valor nominal (método do custo) deduzido de eventuais perdas de imparidade.

As perdas de imparidade correspondem à diferença entre a quantia inicialmente registada e o seu valor recuperável, as quais são reconhecidas na demonstração dos resultados do período em que são em que são estimadas.

As contas a pagar, incluindo empréstimos de financiamento, encontram-se registadas pelo seu valor nominal (método do custo).

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, encontrando-se registados ao custo.

Os instrumentos do fundo patrimonial da fundação são reconhecidos, pelo método do custo, aquando da emissão de tais instrumentos e os subscritores fiquem obrigados a pagar dinheiro ou entregar qualquer outro recurso em troca dos referidos instrumentos do fundo patrimonial.

FUNDAÇÃO ENSINO E CULTURA "FERNANDO PESSOA"

11.2 Instrumentos financeiros mensurados ao justo valor

a) Cotação de mercado

Investimentos Financeiros - Qt 102 - Nexponor, S.A.	31/12/2017	31/12/2016
Cotação	30.60 €	224.40 €
Valor contabilístico	230.52 €	100.98 €
Imparidade / Reversão da Imparidade em 2017		

Fundo de participação CEMG	31/12/2017	31/12/2016
Cotação	- €	190 067.19 €
Valor contabilístico	- €	297 967.56 €
Imparidade	79 909.47 €	-

Estes fundos de participação foram alienados em Setembro de 2017.

11.3 Quantia escriturada no início e no fim do período de cada rubrica dos Fundos Patrimoniais

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de fundo social apresentava a seguinte decomposição:

	31-12-2017	31-12-2016
Fundo patrimonial	11.323.252,58 €	11.172.577,80 €
Reservas reavaliação:		
DL 31/98 DE 11/02	318.908,88 €	318.908,88 €
DL 44/91	47.879,78 €	47.879,78 €
DL 294/92	53.215,01 €	53.215,01 €
Outros excedentes antes impostos	66.210,99 €	66.210,99 €
Reservas:		
Reservas legais	709,05 €	709,05 €
Reservas livres	13.471,91 €	13.471,91 €
Resultados transitados	2.729.642,41 €	2.729.642,41 €
Outros variações fundos patrimoniais:		
Subsídios	1.207.862,87 €	1.271.676,34 €
Doações	17.104,27 €	17.104,27 €
Variação líquida exercício	140.692,93 €	150.674,78 €
Total	15.918.950,68 €	15.842.071,22 €

FUNDAÇÃO ENSINO E CULTURA "FERNANDO PESSOA"

11.4 Dívidas da entidade reconhecidas à data do Balanço superior a um ano

Fornecedores/outras contas a pagar/pessoal

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de fornecedores/outras contas a pagar e pessoal apresentava a seguinte decomposição:

Rubricas	31/12/2017			31/12/2016		
	Activos financeiros mensurados ao custo	Perdas p/ imparidade acumulados	Total	Activos financeiros mensurados ao custo	Perdas p/ imparidade acumulados	Total
PASSIVOS						
Fornecedores	958 596.79 €		958 596.79 €	113 419.66 €		113 419.66 €
Outras contas a Pagar:	3 809 682.45 €		3 809 682.45 €	3 579 406.95 €		3 579 406.95 €
* Fornecedores investimentos	13 385.36 €		13 385.36 €	60 753.61 €		60 753.61 €
* Credores por acréscimo gastos	2 651 643.91 €		2 651 643.91 €	2 278 950.27 €		2 278 950.27 €
* Pessoal	5 788.01 €		5 788.01 €	8 929.14 €		8 929.14 €
* Outros credores	1 138 865.17 €		1 138 865.17 €	1 230 773.93 €		1 230 773.93 €
Total do Passivo	4 788 279.24 €	€	4 788 279.24 €	4 692 826.61 €	- €	4 692 826.61 €

Loações

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gastos numa base linear durante o período da locação.

- a) Total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data do balanço, e o seu valor presente, para cada um dos seguintes períodos:

Descrição	Ano 2018	>1 ano e ≤5 anos	>5 anos	Total
BPI Leasing (Cont. 001.0026481)	172 28346€	679334.35€	223 98843€	1075 55624 €
Montepio Geral (0023-5)	8 11749€	- €	- €	8 11749 €
Montepio Geral (0024-3)	5 41004€	- €	- €	5 41004 €
Montepio Geral (0025-3)	25 82994€	- €	- €	25 82994 €
CGD (76845)	14 44352€	- €	- €	14 44352 €
CGD (79205)	45 88857€	11378.09€	- €	57 26666 €
CGD (82776)	6 05186€	- €	- €	6 05186 €
CGD (82775)	5 98638€	- €	- €	5 98638 €
CGD (86407)	20 84283€	- €	- €	20 84283 €
CGD (88068)	4 86614€	- €	- €	4 86614 €
CGD (88691)	22 60399€	7196.68€	- €	29 79967 €
CGD (93262)	10 71438€	20208.91€	- €	30 91829 €
Total	342 958.60€	718 112.03€	223 98843€	1 285 049.06 €

FUNDAÇÃO ENSINO E CULTURA "FERNANDO PESSOA"

Quantia escritura de passivos financeiros

Descrição	31/12/2017			31/12/2016		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Passivos						
* Financiamentos obtidos:						
** Montepio Geral	1804 611,37 €	13 138 829,47 €	14 943 440,84 €	4 757 151,75 €	14 343 793,48 €	19 100 945,23 €
** Locações Financeiras	342 998,60 €	942 050,46 €	1 285 049,06 €	557 599,08 €	1 279 282,29 €	1 836 881,37 €
** Outros	4 860 729,47 €	- €	4 860 729,47 €	2 136 360,13 €	- €	2 136 360,13 €
Passivo Total	7 008 339,44 €	14 080 879,93 €	21 089 219,37 €	7 451 110,96 €	15 623 075,77 €	23 074 186,73 €

Diferimentos

Descrição Diferimentos	31/12/2017			31/12/2016		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Passivos						
Rendimentos a reconhecer:						
* Anuidades	3 053 828,27 €	- €	3 053 828,27 €	2 574 595,83 €	- €	2 574 595,83 €
* Subsídios para investimento	64 414,65 €	- €	64 414,65 €	82 544,23 €	- €	82 544,23 €
* Outros rendimentos a reconhecer	21483,51 €	- €	21483,51 €	9 454,20 €	- €	9 454,20 €
Total	3 139 726,43 €	- €	3 139 726,43 €	2 666 594,26 €	- €	2 666 594,26 €

Estado e Outros Entes Públicos

Descrição	31/12/2017			31/12/2016		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Passivos	- €	- €	- €			
Impostos s/o rendimento	35 491,02 €	- €	35 491,02 €	12 512,82 €	- €	12 512,82 €
Retenções de impostos s/rendimentos	- €	- €	- €	- €		- €
* Trabalho dependente	299 210,00 €	- €	299 210,00 €	158 147,03 €	- €	158 147,03 €
* Trabalho independente	414513,7 €	- €	414513,7 €	37 209,02 €	- €	37 209,02 €
* Rendimentos prediais	7 500,00 €	- €	7 500,00 €	7 500,00 €	- €	7 500,00 €
* Sobretaxa	- €	- €	- €	5 220,00 €	- €	5 220,00 €
Imposto s/ valor acrescentado	18 607,28 €	- €	18 607,28 €	4 321,37 €	- €	4 321,37 €
Contribuições p/ Seg. Social, CGA e ADSE	552 679,21 €	- €	552 679,21 €	367 639,94 €	- €	367 639,94 €
Total Passivo	954 938,88 €	- €	954 938,88 €	592 550,18 €	- €	592 550,18 €

FUNDAÇÃO ENSINO E CULTURA "FERNANDO PESSOA"

11.4 Dívidas à entidade reconhecidas à data do Balanço superior a um ano

Rubricas	31/12/2017			31/12/2016			
	Activos financeiros mensurados ao custo	Perdas p/ Imparidade acumulados	Total	Activos financeiros mensurados ao custo	Perdas p/ Imparidade acumulados	Activos financeiros reavaliados	Total
ACTIVOS							
Clientes	3 147 692.29 €		3 147 692.29 €	2 670 615.13 €			2 670 615.13 €
Outras contas a receber:	203 974.03 €		203 974.03 €	233 055.95 €			233 055.95 €
* Devedores por acréscimo de rendimento	191613.61€		191613.61€	221470.58 €			221470.58 €
* Outros Devedores	12 360.42 €		12 360.42 €	11585.37 €			11585.37 €
Total Activo	3 351666.32 €	- €	3 351666.32 €	2 903 67108 €	- €	- €	2 903 67108 €

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Adiantamento Fornecedores	453.69 €	- €
Total	453.69 €	- €

Quantia escriturada de activos financeiros

Descrição	31/12/2017			31/12/2016		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Activos						
Fundo Participação CEMG	- €	- €	- €	19067.9 €	- €	19067.9 €
Outros activos financeiros	30.60 €	- €	30.60 €	224.40 €	- €	224.40 €
Fundo Comp. Trabalho	75 380.07 €	- €	75 380.07 €	46 734.29 €	- €	46 734.29 €
Activos Total	75 410.67 €	- €	75 410.67 €	66 025.88 €	- €	66 025.88 €

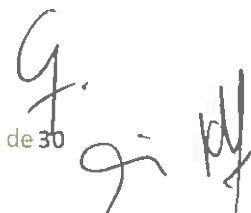
FUNDAÇÃO ENSINO E CULTURA "FERNANDO PESSOA"

Diferimentos

Descrição Diferimentos	31/12/2017			31/12/2016		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Activos						
Gastos a reconhecer:						
* Seguros	53 019.81€	- €	53 019.81€	49 540.75 €	- €	49 540.75 €
* Licenças	17 754.44 €	- €	17 754.44 €	26 073.68 €	- €	26 073.68 €
* Outros gastos a reconhecer	4 030.08 €	- €	4 030.08 €	23 392.11€	- €	23 392.11€
* Gastos Hospital Escola	- €	- €	- €	357 287.15 €	- €	357 287.15 €
Total	74 804.33 €	- €	74 804.33 €	456 293.69 €	- €	456 293.69 €

As Demonstrações Financeiras do período estão afectadas pelas despesas incorridas no âmbito da entrada em funcionamento do Hospital-Escola, e de gastos no valor de 357 287,14€ que representa 1/5 do total dos gastos de pré-arranque do H.E., que foram diferidos em 2012 por um período de 5 anos, e que ascenderam o montante de 1.786.435,71€:

Rubricas	Total	Imputado a 1/5
Trabalhos Especializados	2 769.88	553.98
Publicidade e Propaganda	15 598.70	3119.74
Vigilância e Segurança	69 322.81	13864.56
Honorários	38 273.60	7654.72
Conservação e Reparação	56.82	11.36
Serviços Bancários	371.82	74.36
Ferramentas e Utensílios	94 720.34	18944.07
Material de Escritório	224.83	44.97
Electricidade	116 442.86	23288.57
Água	3 446.75	689.35
Rendas e Alugueres	6 542.46	1308.49
Comunicação	2 304.80	460.96
Seguros Multirisco	23 355.36	4671.07
Seguros Bens Leasing	1 501.44	300.29
Despesas de Representação	1 500.00	300.00
Limpeza Higiene e Conforto	51 762.18	10352.44
Licenças Camerárias	19 238.50	3847.70
Gastos com o pessoal	1 310 901.86	262180.37
Juros leasing	28 100.70	5620.14
TOTAL	1 786 435.71	357 287.14



FUNDAÇÃO ENSINO E CULTURA "FERNANDO PESSOA"

Estado e Outros Entes Públicos

Descrição	31/12/2017			31/12/2016		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Estado e Out. entes públicos						
Activos						
Retenções na fonte p/ terceiros	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Imposto s/o rendimento	- €	- €	- €	- €		- €
Sobretaxa	- €	- €	- €	17 633.35 €	- €	17 633.35 €
Contribuições p/ Seg. Social, CGA e ADSE	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Total Activo	- €	- €	- €	17 633.35 €	- €	17 633.35 €

12. Benefícios dos empregados

Os benefícios de empregados são todas as formas de remuneração dadas pela entidade em troca dos serviços prestados pelos empregados e incluem:

- benefícios a curto prazo, pagáveis na totalidade num prazo de 12 meses e registados como gastos do período em que nasce a obrigação de pagamento;
- benefícios pós-emprego, referentes a contribuições para planos com pagamentos após o termo do emprego;
- outros benefícios a longo prazo, liquidáveis a mais de 12 meses, reconhecidos como gastos nos períodos em que são concedidos;
- benefícios de cessação de emprego pagáveis em consequência da decisão da empresa em cessar o emprego de um funcionário antes da data normal de reforma ou da decisão de um funcionário de aceitar a saída voluntária em troca desses benefícios; são reconhecidos como gasto quando existe um plano formal detalhado para cessar o emprego e não existe possibilidade de o cancelar.

Gastos com Pessoal	31/12/2017	31/12/2016
Remunerações Pessoal	14 788 129.74 €	12 933 323.56 €
Encargos s/ remunerações do Pessoal	3 189 576.93 €	2 908 847.89 €
Indemnizações	32 180.63 €	16 733.98 €
Outros gastos	163 502.65 €	413 672.09 €
Total	18 173 389.95 €	16 272 577.52 €

FUNDAÇÃO ENSINO E CULTURA "FERNANDO PESSOA"

O número médio de trabalhadores em 2017 foram 754, sendo 3 o número de membros dos órgãos de administração. Contudo o Presidente da Administração não auferir qualquer remuneração.

Gastos com Órgãos de Administração	31/12/2017	31/12/2016
Remunerações	129 614,62 €	133 100,50 €
Encargos s/ remunerações do Pessoal	28 835,22 €	29 926,65 €
Outros gastos	- €	- €
Total	158 449,84 €	163 027,15 €

13. Acontecimentos após a data do balanço

Enquadramento da política

Os acontecimentos após a data do balanço e até à data de autorização para emissão (presente data) que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço foram reflectidos nas demonstrações financeiras.

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

14. INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

A Administração informa que a Fundação não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de Outubro, a Administração informa que a situação da Fundação perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Honorários do Revisor Oficial de Contas nos termos do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais:

Serviços	31-Dez-17	31-Dez-17
Revisão legal de contas	13.530,00€	12.771,50€
Outros		
Total	13.530,00€	12.771,50€

FUNDAÇÃO ENSINO E CULTURA "FERNANDO PESSOA"

15. Outras divulgações

15.1 Divulgação de partes relacionadas

a) Erasmo – Empreendimentos Educativos, Lda – NIF 502 227 001

Transacção e saldos pendentes a 31.12.2017:

Partes relacionadas	Financeiros / Operacionais		
	Saldos pendentes de passivos	Perdas por imparidade acumuladas	Perdas por imparidade no período
Erasmo, Lda	735 000.00 €	- €	- €

Partes relacionadas	Transacções				
	Compra ou venda de bens	Prestação de serviços	Prestação de garantia	Amortização Empréstimos	Outras
Erasmo, Lda	- €	- €	- €	110 000.00 €	0.00 €

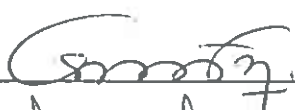

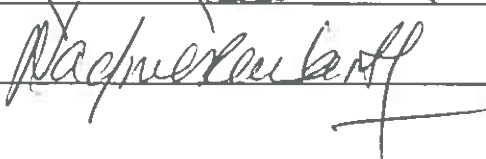
15.2 Outras divulgações consideradas relevantes


Não existem divulgações a considerar.

Porto, 20 de Abril de 2018

A Administração:

A Contabilista Certificada n.º47326:


 António

 Henrique

 Rachmel



RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reserva

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **FUNDAÇÃO ENSINO E CULTURA FERNANDO PESSOA**, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 46.428.255 euros e um total de fundos patrimoniais de 15.918.951 euros, incluindo um resultado líquido de 140.693 euros), a demonstração dos resultados por naturezas e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao período findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo, adotada em Portugal, através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reserva

Relativamente à rubrica de ativos fixos tangíveis, permanecem as limitações nos procedimentos de confirmação das subcontas de *Equipamento básico*, *Equipamento administrativo* e *Outros ativos fixos tangíveis*, para as quais não foi possível obter elementos probatórios considerados satisfatórios e cujo valor líquido ascende, em 31 de dezembro de 2017, a 355.570 euros (a 407.581 euros, em 2016). Inerente a esta limitação, também se encontra o valor de Reservas de reavaliação, no montante de 114.091 euros (o mesmo desde 2011) e as correspondentes depreciações, incluídas nos Resultados do exercício, que ascendem a 36.161 euros.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade, nos termos da lei, e cumprimos os demais requisitos éticos, nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Ênfase

Chamamos a atenção para o facto de a Fundação ter reconhecido, neste exercício e pelo último ano, 1/5 dos gastos do investimento de pré-arranque do Hospital-Escola, que ascendeu a 357.287 euros, diferidos inicialmente em 2012, por 5 anos, facto este que teve a nossa

concordância e se encontra devidamente divulgado na nota 11.4 do Anexo às demonstrações financeiras.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo, adotada em Portugal, através do Sistema de Normalização;
- elaboração do relatório de gestão, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras, como um todo, estão isentas de distorções materiais, devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório, porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo, adotada em Portugal através do Sistema de Normalização; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

V. N. Gaia, 27 de abril de 2018

PAFT - PACHECO, AMARAL, FREITAS & TEIXEIRA, SROC, LDA.

SROC N.º 268


PAFT – Pacheco, Amaral, Freitas & Teixeira, SROC, Lda. (SROC nº 268)

Representada por Ana Manuel Lopes Pacheco Teixeira (ROC nº 1414)